

VI — Substituição legal — nas minhas faltas, ausências ou impedimentos, o meu substituto legal é a adjunta Augusta Maria Coelho Ferreira Timóteo Miranda.

VII — Observações — tendo em consideração o conteúdo doutrinário do conceito de delegação de competências, conforme o previsto no artigo 39.º do Código do Procedimento Administrativo, o delegante conserva nomeadamente os seguintes poderes:

a) Chamamento a si, a qualquer momento e sem formalidades, da tarefa da resolução e apreciação que entender conveniente, sem que isso implique a derrogação, ainda que parcial, do presente despacho;

b) Modificação, anulação ou revogação dos actos praticados pelos delegados.

VIII — Produção de efeitos — o presente despacho produz efeitos, relativamente à adjunta Maria Cândida Caçador Abade Vaz Leal, a partir de 13 de Janeiro de 2006, inclusive, e em relação à adjunta Isabel Maria Teixeira Moreira, a partir de 16 de Fevereiro de 2006, inclusive, ficando por este meio ratificados todos os actos e despachos entretanto proferidos sobre as matérias ora objecto de delegação.

27 de Setembro de 2006. — O Chefe de Finanças de Oeiras 1, *Manuel Coelho de Oliveira*.

Aviso (extracto) n.º 9737/2007

Por despacho da subdirectora-geral de 2 de Maio de 2007, proferido por delegação de competências do director-geral dos Impostos, são nomeados, precedendo concurso interno de acesso limitado, na categoria de técnico profissional especialista principal da carreira técnico-profissional da área de apoio técnico e utilização de equipamentos informáticos do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, nos termos do n.º 8 do artigo 6.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, os candidatos a seguir indicados, ficando colocados nos respectivos quadros de contingência:

Técnicos profissionais especialistas principais:

- 1.º Maria Aurora Rodrigues Santos Carvalho Tinoco.
- 2.º Maria de Lurdes Maia da Rocha.
- 3.º José Augusto Gonçalves da Silva.
- 4.º Maria Antonieta Marques Mateus Branco Lourenço.
- 5.º Jacinto Luís Recharte Engenheiro.
- 6.º Mariana Conceição Gonçalves da Cruz.
- 7.º Hélder Rúben Tocha de Almeida.
- 8.º Carlos António Conceição Fragoso.
- 9.º Teresa Maria Figueiredo Oliveira R. Cardoso.
- 10.º Teresa Alves Bragances da Silva.
- 11.º Maria Manuela da Costa Matoso de Oliveira.
- 12.º Carlos Manuel Marques da Fonseca.
- 13.º Maria Rosário Covas Ceia Sousa.
- 14.º Fernanda Costa Henriques Rosa.
- 15.º Maria Ana Povoas Afonso.
- 16.º Anabela Salvaterra Cordeiro.
- 17.º Maria Filomena Henriques de Freitas Rodrigues.
- 18.º Maria Jacinta Marcelo da Silva Santos.
- 19.º Fernanda Maria Cardoso Borges das Neves.
- 20.º Cremilda Cláudio Frazão Araújo.
- 21.º Marina Conceição Vasco Forinho dos Santos.
- 22.º Maria José dos Santos Almeida.
- 23.º Maria Custódia Aurélio Carreiras Cabaço.
- 24.º Fernando Nuno de Moura Pinho Ferrão.

3 de Maio de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Despacho n.º 9973/2007

De acordo com o previsto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o júri do concurso de selecção para o provimento do cargo de chefe de divisão do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, do Imposto do Selo sobre Transmissões Gratuitas e das Contribuições Especiais (DIMTO) da Direcção de Serviços do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, do Imposto do Selo, dos Impostos Rodoviários e das Contribuições Especiais (DSIMT), apresentou a proposta de nomeação de Maria da Graça Meda Simões Ganilho como sendo a candidata que possui maior competência técnica e aptidão para o exercício do referido cargo, correspondendo ao perfil exigido.

Nestes termos, e atento o disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, concordo com a proposta do júri, pelo que nomeio no cargo de chefe de divisão do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, do Imposto do Selo sobre

Transmissões Gratuitas e das Contribuições Especiais (DIMTO) da Direcção de Serviços do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, do Imposto do Selo, dos Impostos Rodoviários e das Contribuições Especiais (DSIMT), em comissão de serviço e pelo período de três anos, a inspectora tributária assessora, grau 6, do grupo de pessoal de administração tributária (GAT), Maria da Graça Meda Simões Ganilho, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos.

15 de Março de 2007. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

Síntese curricular

Nome — Maria da Graça Meda Simões Ganilho.

Data de nascimento — 25 de Junho de 1956.

Naturalidade — Campelos, Carrazada de Ansiães, distrito de Bragança.

Categoria profissional — inspectora tributária assessora.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Contabilidade e Administração Empresarial pelo Instituto de Estudos Superiores em Contabilidade e Administração, com a média final de 14 valores;

Bacharelato em Contabilidade e Administração pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, com a média final de 14 valores;

Frequência do curso de Gestão da Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões (5.º ano incompleto).

Formação profissional — frequência de cursos de formação profissional na área dos diversos impostos, auditoria e nas áreas de liderança, gestão de equipas e inteligência emocional.

Experiência profissional:

Desde Outubro de 2006, funções de chefe de divisão de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, do Imposto de Selo das Transmissões Gratuitas e das Contribuições Especiais, em regime de substituição;

A partir de 1988, chefia de equipas, nas áreas da inspecção, da justiça e da gestão da dívida executiva;

Em Outubro de 1982, ingresso no quadro da DGCI, ficando colocada na Direcção de Finanças de Lisboa, a exercer funções de inspecção externa;

Em Maio de 1977, ingresso na DGCI como contratada, ficando a exercer funções de inspecção nos serviços centrais.

Despacho n.º 9974/2007

De acordo com o previsto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o júri do concurso de selecção para o provimento do cargo de chefe de divisão de Administração II (DA II) da Direcção de Serviços do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (DSIRC) apresentou a proposta de nomeação de Maria Aurora da Silva Morais de Azevedo Rodrigues como sendo a candidata que possui maior competência técnica e aptidão para o exercício do referido cargo, correspondendo ao perfil exigido.

Nestes termos, e atento o disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, concordo com a proposta do júri, pelo que nomeio no cargo de chefe de divisão de Administração II (DA II) da Direcção de Serviços do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (DSIRC), em comissão de serviço e pelo período de três anos, a técnica economista assessora principal Maria Aurora da Silva Morais de Azevedo Rodrigues, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos.

16 de Abril de 2007. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

Síntese curricular

Elementos de identificação pessoal:

Nome — Maria Aurora da Silva Morais de Azevedo Rodrigues;

Naturalidade — nascida em 19 de Maio de 1952, no concelho de Chaves, distrito de Vila Real, Portugal;

Morada — Rua da Castiça, 7, 5.º, C, 1750 Lisboa;

Estado civil — casada;

Bilhete de identidade n.º 2860282 do arquivo de identificação de Lisboa, de 27 de Março de 1997;

Contribuinte n.º 105919563;

Telefone n.º 217586400.

Habilitações académicas e profissionais:

Licenciada em Finanças pelo Instituto Superior de Economia, no ano lectivo de 1974-1975, com a classificação final de 14 valores; Estágio pedagógico, com a classificação final de 17 valores;

Realizou vários cursos de aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional, quer em matérias técnicas quer de direcção e gestão.

Elementos profissionais:

Docência:

Exerceu funções docentes no ensino secundário nos anos lectivos de 1975-1976 a 1978-1979 em matérias contabilísticas e de economia; Exerceu ainda funções docentes no ensino superior em matérias de matemática financeira.

Na Direcção-Geral de Contribuições e Impostos:

Ingressou em 29 de Outubro de 1979 como técnica economista de 2.ª classe na fiscalização tributária, sendo, desde 10 de Março de 1989 técnica economista assessora principal;

Exerceu, entre outras, actividades nas áreas de benefícios fiscais, reavaliação do imobilizado, avaliação de quotas, exames à escrita e exames a técnicos de contas;

Foi responsável pelo Núcleo de Estudos, Planeamento e Informática (NEPI — Departamento Oriental), na Direcção de Finanças de Lisboa, pela equipa de apoio técnico, planeamento e coordenação (EATPC) da Direcção de Finanças de Lisboa, pela equipa dos grandes devedores da Direcção de Finanças de Lisboa e pelo Gabinete de Apoio Técnico (GAT) da 2.ª Direcção de Finanças de Lisboa; Foi chefe de divisão do 2.º Serviço de Administração do IVA da Direcção de Finanças de Lisboa — Departamento Oriental;

Foi directora de finanças-adjunta, mediante concurso, da 2.ª Direcção de Finanças de Lisboa, tendo exercido funções na área da inspecção tributária;

É responsável pela equipa de recursos hierárquicos e revisões oficiais na Direcção de Serviços de IRC, desde 2003, e como chefe de divisão, em regime de substituição, desde Janeiro de 2006.

Outros elementos — co-autora de livros fiscais editados por O Rei dos Livros, L.ª, 1980, 1982, 1983 e 1986.

Despacho n.º 9975/2007

De acordo com o previsto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o júri do concurso de selecção para o provimento do cargo de chefe da Divisão de Disciplina (DD) da Direcção de Serviços de Consultadoria Jurídica e Contencioso (DSCJC) apresentou a proposta de nomeação, considerando o único candidato José Alberto Rodrigues Ferreira possuidor de competência técnica e aptidão para o exercício do referido cargo, correspondendo ao perfil exigido.

Nestes termos, e atento o disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, concordo com a proposta do júri pelo que nomeio no cargo de chefe da Divisão de Disciplina (DD) da Direcção de Serviços de Consultadoria Jurídica e do Contencioso (DSCJC), em comissão de serviço e pelo período de três anos, o técnico jurista assessor principal José Alberto Rodrigues Ferreira, da carreira técnica Jurista, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos.

16 de Abril de 2007. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

Curriculum vitae

1 — Identificação:

Nome — José Alberto Rodrigues Ferreira;
Naturalidade — Mogadouro;
Data de nascimento — 26 de Julho de 1943;
Bilhete de identidade n.º 979673, de 19 de Setembro de 2005, do arquivo de identificação de Lisboa;
Contribuinte n.º 114168580.

2 — Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito;
Diplôme d'Etudes Françaises pela Universidade de Toulouse-Le Mirail.

3 — Formação profissional:

Apresentam-se as acções consideradas mais relevantes:

Curso de Contencioso Administrativo (INA);
Curso de Feitura de Leis (INA);
Código do Procedimento Administrativo (INA);
«Dinamizar, Gerir, Construir o Ideal» (Centro de Formação da DGCI);
Seminário de Alta Direcção (INA).

4 — Experiência profissional:

Subdelegado do Procurador da República;
Agente do Ministério Público nos tribunais de trabalho;
Juiz do Tribunal da 1.ª Instância das Contribuições e Impostos;
Membro do Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro do IV Governo Constitucional;
Integrou diversos grupos de trabalho, entre os quais o grupo de trabalho que elaborou a primeira Lei das Finanças Locais (Lei n.º 1/79, de 2 de Janeiro) e o grupo de trabalho que elaborou e redigiu o Estatuto das Colectividades de Utilidade Pública (Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro);
Monitor orientador dos cursos do Centro de Formação Profissional da DGCI;
Director de serviços da Direcção de Serviços Jurídicos e do Contencioso da DGCI;
Coordenador do Sector de Disciplina da Direcção de Serviços Jurídicos e do Contencioso da DGCI.

Despacho n.º 9976/2007

De acordo com o previsto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o júri do concurso de selecção para o provimento do cargo de chefe de divisão de Administração (DA) da Direcção de Serviços do Imposto Municipal sobre Imóveis (DSIMI) apresentou a proposta de nomeação de Ema de Sousa Raposo Inácio como sendo a candidata que possui maior competência técnica e aptidão para o exercício do referido cargo, correspondendo ao perfil exigido.

Nestes termos e atento o disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, concordo com a proposta do júri, pelo que nomeio no cargo de chefe de divisão de Administração (DA) da Direcção de Serviços do Imposto Municipal sobre Imóveis (DSIMI), em comissão de serviço e pelo período de três anos, a técnica de administração tributária assessora, grau 6, do grupo de pessoal de administração tributária (GAT), Ema de Sousa Raposo Inácio, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos.

16 de Abril de 2007. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

Nota curricular

1 — Dados biográficos:

Nome — Ema de Sousa Raposo Inácio;
Naturalidade — Coz, Alcobaga;
Data de nascimento — 13 de Janeiro de 1951;
Residência — Rua de Sacadura Cabral, 55, 1.º, C, 1495-702 Dafundo;
Bilhete de identidade n.º 2441685, emitido em 29 de Dezembro de 2000 pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa.

2 — Formação académica — licenciatura em Direito (área Jurídica-Económica), pela Universidade Moderna, em 1996, com a classificação final de 12 valores.

3 — Formação profissional:

Curso de contabilidade geral — 1983;
Chefia e liderança — 1988;
Preparação pedagógica de formadores — 1988;
Gestão sócio-administrativa nas repartições de finanças — 1990;
Gestão da qualidade nas relações com o público — 1996;
Código de Processo Tributário/RGIFNA — 1996;
Contabilidade para juristas — 1997;
Acção de formação e vários seminários sobre a reforma da tributação do património — 2003;
SIADAP — Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública — 2004;
SAD — Seminário de Alta Direcção — 2004;
Formação para chefes de divisão sobre gestão por objectivos — 2005;
Formação para chefes de divisão sobre dinamizar, gerir e construir o ideal, ministrado pela DYNARGIE — 2006.

4 — Experiência profissional:

Em 28 de Junho de 1971 — início de funções na DGCI — Serviço de Finanças das Caldas da Rainha, com a categoria de escriturária-dactilógrafa provisória com funções de liquidação e cobrança de impostos;

De 3 de Janeiro de 1972 a 28 de Outubro de 1981 — exerceu funções no Serviço de Finanças de Óbidos, desempenhando as funções nas áreas dos impostos sobre o património e rendimento, tendo transitado para a categoria de liquidador tributário de 1.ª classe, incluindo chefe da Repartição de Finanças, três meses, em substituição;